

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2021 (Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer Audiência Pública para tratar da Auditoria Financeira feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre estimativas contábeis do passivo da Previdência Social, em que afirma ter o governo do Presidente Jair Bolsonaro subavaliado os valores do regime dos militares, minimizando eventual rombo futuro.

Senhor Presidente,

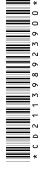
Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, inciso II, da Constituição Federal e na forma do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para tratar da Auditoria Financeira feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre estimativas contábeis do passivo da Previdência Social, em que afirma ter o governo do Presidente Jair Bolsonaro subavaliado os valores do regime dos militares, minimizando eventual rombo futuro, com o seguinte convidado:

1. Representante do Tribunal de Contas da União - TCU;

JUSTIFICAÇÃO

Uma auditoria financeira feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre estimativas contábeis do passivo da Previdência Social afirma que o governo de Jair Bolsonaro subavaliou os valores do regime dos militares, minimizando eventual







CÂMARA DOS DEPUTADOS

rombo futuro, conforme publicado pela jornalista Mônica Bergamo¹ Ainda, de acordo com a publicação, Os números relativos ao regime dos servidores civis da União foram superavaliados, dizendo que gastará mais do que de fato desembolsará.

A auditoria subsidia o parecer sobre as contas do presidente da República, que precisam ser aprovadas pelo órgão e devem ser julgadas posteriormente. Ela foi concluída e enviada ao ministro do TCU Bruno Dantas, relator dos números do Ministério da Economia em 2020.

De acordo com os auditores, o governo subavaliou o passivo atuarial do regime dos militares em R\$ 45,5 bilhões. Deixaram de colocar na conta, por exemplo, reajustes recentes de vencimentos das Forças Armadas que vão impactar no pagamento futuro dos benefícios de seus integrantes, quando eles virarem inativos.

Diante dessa constatação, torna-se de extrema urgência que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle possa debater essa situação, possibilitando atuação deste parlamento, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em de junho de 2021.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO



